



# PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

VI GOVERNO CONSTITUCIONAL

DÍLI, 26 DE JULHO DE 2016

## COMUNICADO DE IMPRENSA

### Reunião do Conselho de Ministros de 26 de julho de 2016

O Conselho de Ministros reuniu-se esta terça-feira, no Palácio do Governo, em Díli, e aprovou vários diplomas, grande parte deles relativos à Administração Estatal, relacionados com as eleições que vão decorrer no próximo ano.

Foram eles a **primeira alteração ao Estatuto Orgânico do Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (STAE)**, que harmoniza o modelo organizacional daquele Secretariado e clarifica alguns aspetos relacionados com a sua disciplina financeira; o **Decreto-Lei que aprova o regime transitório de provimento dos cargos de direção e de chefia das autoridades municipais e das administrações municipais durante a fase da desconcentração administrativa**, que garante a estabilidade dos quadros de direção e chefia da Administração Local do Estado, durante aquele período, e regula, com maior exigência, a atribuição de cargos de direção e chefia, que deverão manter-se após a instalação dos órgãos e serviços do Poder Local; o **Decreto do Governo que aprova os modelos de formulários do recenseamento eleitoral**, onde está incluído, também, o novo modelo do cartão de eleitor; a **Resolução do Governo que aprova o calendário das operações de recenseamento eleitoral**, que irá decorrer até janeiro do próximo ano. Foi também analisado o **calendário do processo de eleições das lideranças comunitárias**.

Ainda da responsabilidade do Ministério da Administração Estatal, foi debatida a **estratégia de investimento para a gestão dos resíduos sólidos urbanos de Díli**.

Na sequência da decisão da reunião do Conselho de Ministros de 24 de maio último, foi agora aprovado o **Decreto-Lei que cria a Comissão Instaladora da Autoridade de Inspeção e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar, IP**. Será ela a responsável pela instalação desta nova entidade.

O **Decreto-Lei que criou a Autoridade da Aviação Civil de Timor-Leste** foi objeto de uma **primeira**



Palácio do Governo,  
Avenida Presidente Nicolau Lobato,  
Díli, Timor-Leste

pcm.gov.tl@mail.com  
(+670) 33 310 608

**alteração**, que atribui algumas competências, em regime transitório, à comissão *ad hoc* prevista naquele diploma, em funções até à nomeação do respetivo Conselho de Administração.

O **Relatório do Segundo Ciclo da Revisão Periódica Universal** da aplicação dos direitos humanos no território nacional foi aprovado e será apresentado ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, até agosto deste ano.

Através da aprovação da **Proposta de Resolução sobre a adesão à Organização Mundial de Saúde Animal**, o Governo pretende concluir o processo interno de adesão àquela organização intergovernamental, responsável por melhorar a saúde animal no mundo. Timor-Leste foi aceite como membro em novembro de 2010.

Foram analisados vários assuntos, incluindo a **Política de Fortalecimento Institucional** e a **Proposta de Lei da Aprovação do Código Mineiro**, que voltarão a ser apreciados pelo Conselho de Ministros após a inclusão das recomendações feitas nesta reunião.

Finalmente, o Vice-Ministro das Finanças apresentou o resultado do **estudo sobre pobreza em Timor-Leste**, realizado em 2014. Os dados recolhidos apontam para uma forte redução do índice de pobreza no país desde 2007, ano em que foi realizado o estudo anterior. De acordo com padrões internacionais, de 47,2%, em 2007, o índice de pobreza em Timor-Leste desceu para os 30,3%, em 2014, o que significa o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. Nestes sete anos, a média anual de redução da pobreza foi de cerca de 2,4%. **FIM**

